

DECRETO Nº. 186/2025

DISPÕE SOBRE CONVALIDAÇÃO DE ATO DE PROVIMENTO EM CARGO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAPARI**, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, alicerçado nas disposições do art. 88, incisos III e IX, da Lei Orgânica do Município – **LOM**;

CONSIDERANDO, que no Direito Administrativo Brasileiro, o instituto da convalidação está expressamente previsto no art. 55 da Lei nº 9.784/99 (Lei que regula o Processo Administrativo Federal), admitindo-se, portanto, que a Administração aproveite os atos administrativos com vícios superáveis, confirmando-os integralmente ou parcialmente;

CONSIDERANDO, que a administração se funda no regime jurídico-administrativo para buscar proteger o interesse público, sujeitando os seus entes a uma série de imposições previstas em lei, lhes atribuindo um leque de deveres, tudo isso através de princípios, sendo um deles o princípio da eficiência pública.

CONSIDERANDO, que a Constituição da República, em seu art. 37, *caput*, com a nova redação estabelecida pela Emenda Constitucional Nº 19/98, explicitou como princípios básicos a que está atrelada a Administração Pública os seguintes: legalidade, impessoalidade, moralidade, a publicidade e a eficiência.

CONSIDERANDO, a edição do Decreto nº 2.463/1990 na qual nomeou a servidora **Marcia Helena Passos Gonçalves**;

CONSIDERANDO, a sentença prolatada nos autos do Processo Nº. 5005920-02-2023.8.08.0021;

CONSIDERANDO, tudo o que consta no Procedimento Administrativo nº. 3082/2025;

DECRETA:

Art. 1º - Fica **CONVALIDADO** o Ato de Provimento de Cargo Efetivo de **INSPETOR DE RENDAS III**, conforme Decreto Nº. 2.463/1990, de 05 de dezembro de 1990, referente à Servidora **MARCIA HELENA PASSOS GONÇALVES**, e todos os demais atos funcionais que se seguiram, incluindo as vantagens pessoais e todos os pagamentos realizados.

Art. 2º - Fica **RECONHECIDO**, sob a égide do regime/vínculo **ESTATUTÁRIO** da Servidora Pública do Município de Guarapari, referenciada no Art. 1º, deste Decreto, com lotação na Secretaria Municipal de Fazenda – **SEMFA**.

Art. 3º - Este Decreto, revestido juridicamente da forma de Ato de Convalidação e reconhecimento de ato de nomeação, conforme leciona o art. 19 da Lei Complementar nº 1278/1991, a qual entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 05 de dezembro de 1990.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Guarapari – ES, 18 de março de 2025.



RODRIGO LEMOS BORGES
PREFEITO MUNICIPAL